

**AVULSO NÃO
PUBLICADO.
REJEIÇÃO NA
COMISSÃO DE
MÉRITO.**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 10.184-A, DE 2018

(Do Sr. Osmar Serraglio)

Confere ao Município de Arapongas, no Estado do Paraná, o título de "Capital Moveleira Nacional"; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela rejeição (relator: DEP. DIEGO GARCIA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
CULTURA; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Arapongas, Paraná, o título de “Capital Moveleira Nacional”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo conferir ao Município de Arapongas, que se localiza no Estado do Paraná, o título de Capital Moveleira Nacional.

O Município, com 110 mil habitantes, é o maior polo moveleiro do país.

A região de Arapongas concentra 903 indústrias moveleiras, que geram 21.372 empregos, sendo que em Arapongas são 12.301 empregados. O polo de Arapongas detém 10% das exportações brasileiras de móveis, além de atingir 9,97% de participação no PIB de móveis no Brasil. A cada 100 peças mobiliárias fabricadas no país, 10 são fabricadas no município.

A concessão do título de Capital Moveleira Nacional ao Município de Arapongas é, portanto, uma homenagem àqueles que centram sua inteligência e seus recursos na busca de sempre melhores resultados técnicos na produção desse importante e rico setor moveleiro, assim como à comunidade, que sempre prestigia o segmento.

A proposição corresponde a fundada reivindicação do Prefeito Municipal, Sérgio Onofre, e do Vice-Prefeito, Jair Milani, assim como da Câmara Municipal, justificando-se, assim, por seus próprios fundamentos, razão pela qual temos a certeza de contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 2018.

Deputado Osmar Serraglio

COMISSÃO DE CULTURA

I - RELATÓRIO

Veio ao exame da Comissão de Cultura o Projeto de Lei nº 10.184, de 2018, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que “Confere ao Município de Arapongas, no Estado do Paraná, o título de ‘Capital Moveleira Nacional’ ”.

Em 11 de maio de 2018, a matéria foi distribuída para apreciação conclusiva desta Comissão, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno, e,

nos termos do art. 54 do mesmo diploma legal, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tramitando em regime ordinário, nos termos do art. 151, inciso III, do Regimento Interno.

Até que, em 22 de maio de 2018, fui designado relator da matéria.

Encerrado o prazo para apresentação de emenda em 5 de junho de 2018, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o **relatório**.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Cultura, nos termos do art. 32, inciso XXI, alíneas “a” e “g”, do Regimento Interno, opinar sobre todas as matérias atinentes ao desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico e homenagens cívicas.

No âmbito estadual, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o projeto número 710/2015, que concede à cidade de Arapongas, o título de Capital da Indústria Moveleira.

Agora, na esfera federal, a proposição que estamos analisando pretende conferir ao Município de Arapongas, no Estado do Paraná, o título de “Capital Moveleira Nacional”.

Segundo o autor da matéria, em suas próprias palavras:

A região de Arapongas concentra 903 indústrias moveleiras, que geram 21.372 empregos, sendo que em Arapongas são 12.301 empregados. O polo de Arapongas detém 10% das exportações brasileiras de móveis, além de atingir 9,97% de participação no PIB de móveis no Brasil. A cada 100 peças mobiliárias fabricadas no país, 10 são fabricadas no município.

Não negamos, pois, o mérito da presente iniciativa.

Mas é preciso ressaltar que a nossa Súmula 01, aqui da Comissão de Cultura, preconiza que a concessão de título de “capital nacional” a determinada localidade, “para fazer-se validamente por lei federal, sem afronta a princípios constitucionais, deve revestir-se, no mínimo, dos predicados de relevância e da verdade”. Nos termos da súmula, deve-se ter certeza de que o município que se pretende laurear realmente merece a designação, condição a ser verificada por meio

de um processo minimamente capaz de refletir a verdade dos fatos.

Não questionamos os números apresentados, nem a sua veracidade. Todavia, no nosso sentir, o ato de concessão do título de Capital Nacional a determinada localidade é um ato eminentemente cultural. Não são apenas os números ou a magnitude de determinado setor, mas sua diferenciação e relevância para a cultura da região, a ser preservada para todo o povo brasileiro. É neste aspecto que se ressente o objeto da presente solicitação.

Em face do exposto, votamos pela **REJEIÇÃO** da presente matéria, ainda que reconhecendo a relevância da cidade de Arapongas no setor moveleiro.

Sala da Comissão, em 04 de julho de 2018.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou do Projeto de Lei nº 10.184/2018, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Raquel Muniz - Presidente, Celso Jacob, Raimundo Gomes de Matos, Thiago Peixoto, Waldenor Pereira, Diego Garcia, Erika Kokay, Flavinho, Floriano Pesaro, Hildo Rocha, Leo de Brito, Lincoln Portela e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2018.

Deputada RAQUEL MUNIZ
Presidente

FIM DO DOCUMENTO